

DESAFIOS DE COMUNICAÇÃO MUDIÁTICA NO CONTEXTO DA ESCOLA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

CHALLENGES OF MEDIA COMMUNICATION WITHIN THE CONTEXT OF ELEMENTARY

Recebido em: 10/12/2023

Aceito em: 15/05/2024

Publicado: 20/06/2024

Cátia Adeline Cavalheiro¹
Sandra Barbosa Parzianello²

Resumo: A alimentação escolar tem um compromisso relevante no processo da aprendizagem e desenvolvimento do aluno, garantida através de recursos do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE). O presente estudo tem o objetivo de refletir sobre a comunicação dos documentos oficiais relativos à alimentação escolar, recebida em escola de educação básica, entendida como uma mídia por ser um suporte de informação. A reflexão a respeito dos enunciados e discursos dos documentos oficiais em sua comunicabilidade permite uma perspectiva de entendimento quanto ao que se entenderá por boas práticas da alimentação escolar e sobre o papel decisivo e relevante de políticas de financiamento do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) na educação básica municipal. A metodologia adotada foi a da análise documental, de abordagem qualitativa, com amparo em um arcabouço teórico-metodológico da Teoria da Comunicação e da Análise de Discurso (AD) de linha francesa, enfatizando a constituição, formulação e circulação dos sentidos.

Palavras-chave: Comunicação midiática; Educação; Análise do Discurso.

Resumen: La alimentación escolar tiene un compromiso relevante en el proceso de aprendizaje y desarrollo de los estudiantes, garantizado a través de recursos del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE). El presente estudio tiene como objetivo reflexionar sobre la comunicación de los documentos oficiales relativos a la alimentación escolar, recibidos en las escuelas de educación básica, entendida como un medio de soporte de información. La reflexión sobre los enunciados y discursos de los documentos oficiales en su comunicabilidad permite una perspectiva de comprensión sobre lo que se entiende por buenas prácticas de alimentación escolar y sobre el papel decisivo y relevante de las políticas de financiamiento del Programa Nacional de Alimentación Escolar (PNAE) en la educación básica municipal. La metodología adoptada fue el análisis documental, con enfoque cualitativo, sustentado en un marco teórico-metodológico de Teoría de la Comunicación y Análisis del Discurso (DA) de estirpe francesa, enfatizando en la constitución, formulación y circulación de significados.

Palabras clave: Medios de comunicación; Educación; Análisis del discurso.

Abstract: School meals have a relevant role in the student's learning and development process, guaranteed through resources from the National School Meals Program (PNAE). The present study aims to reflect on the communication of official documents related to school feeding, received in a basic education school, understood as a medium for being an information support. Reflection on the statements and discourses of official documents in their communicability allows a perspective of understanding as to what is understood by good practices in school feeding and on the decisive and relevant role of financing policies of the National School Feeding Program

¹ Graduada em Letras Espanhol com Habilitação para o Espanhol e Literaturas de Língua Espanhola pela Universidade Federal de Pelotas/RS. Especialista em Mídia e Educação (UAB/Unipampa). Pós-graduanda em Educação: Espaços e Possibilidades para a Educação Continuada pelo Instituto Federal Sul-rio-grandense (IFSul)/RS. E-mail: catia.espanol@gmail.com

² Docente do curso de Pós-graduação em Mídia e Educação (UAB/Unipampa). Bacharela em Comunicação Social/Jornalismo (jornalista sob registro 13.828 MTB/RS), Bacharela em Ciências Sociais/Ciência Política, Mestra e Doutora em Ciência Política pelo Programa de Pós-Graduação em Ciência Política (PPGCPol), da Universidade Federal de Pelotas (UFPel)/RS. E-mail: sandrapar@yahoo.com

(PNAE) in municipal basic education. The methodology adopted was document analysis, with a qualitative approach, supported by a theoretical-methodological framework of the Theory of Communication and Discourse Analysis (DA) of the French line, emphasizing the constitution, formulation and circulation of meanings.

Keywords: Media communication; Education; Speech analysis.

INTRODUÇÃO

De acordo com o Ministério da Educação (MEC) e Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) oferece alimentação escolar e ações de educação alimentar e nutricional a estudantes de todas as etapas da educação básica, no ensino público. O governo federal repassa aos estados, municípios e escolas federais, recursos financeiros de caráter suplementar efetuados em dez parcelas mensais (de fevereiro a novembro) para a cobertura de 200 dias letivos, conforme o número de matriculados em cada rede de ensino.

O PNAE é acompanhado e fiscalizado diretamente pela sociedade, por meio dos Conselhos de Alimentação Escolar (CAE), também pelo FNDE, pelo Tribunal de Contas da União (TCU), pela Controladoria Geral da União (CGU) e pelo Ministério Público (MP).

Observando este contexto educacional, o presente estudo busca analisar os documentos oficiais da Alimentação Escolar recebidos por uma instituição de educação básica municipal e os toma na qualidade comunicacional que possuem, enquanto mídias, pelo suporte informativo que possuem. Nesse sentido, busca ampliar o entendimento de mídia, aplicando-a, conforme a Teoria da Comunicação, para o sentido de meios de transmissão de mensagens, naturalmente concebidos apenas e tão somente como rádio, jornais ou tevê.

A questão que motiva esse trabalho está em responder: Quais os desafios da escola para cumprir as resoluções oficiais da alimentação escolar? De que forma a comunicação institucional escolar se utiliza desse meio para promover a informação entre seus atores comunicacionais?

Espera-se, com este estudo, identificar as dificuldades da escola em relação à alimentação escolar, o papel da autarquia nessa política pública, e a capacidade da escola adaptar as normas do programa frente aos desafios impostos pelo seu contexto social, e assim, propor estratégias que visem a minimizá-las, como uma forma de incidir na problemática apresentada. Pretende-se contribuir para o campo de pesquisa, estimular o debate em torno das políticas públicas educacionais sem jamais esgotar o tema ou traçar conclusões deterministas.

Mídia e comunicação se mostram, portanto, aqui desenhadas sobre um novo traço, em relação aos estudos que tradicionalmente habitam os espaços de reflexão nesse campo:

entendemos o suporte como meio, a comunicação como informação em processo e os efeitos dela como decorrentes da capacidade de inserção do meio em sua coletividade. Requer que se pense a adequação da comunicação midiaticizada ao contexto e finalidades persuasivas políticas de suas ocorrências nas escolas.³

O procedimento metodológico proposto consiste na abordagem qualitativa denominada pesquisa exploratória, que implica na construção do conhecimento, sem alienar o fenômeno social a ser estudado, no caso, os discursos de poder no contexto da educação básica. De acordo com Goldenberg (1997, p. 33),

A pesquisa qualitativa é útil para identificar conceitos e variáveis relevantes de situações que podem ser estudadas quantitativamente. É inegável a riqueza que pode ser explorada nos casos desviantes da "média" que ficam obscurecidos nos relatórios estatísticos. Também é evidente o valor da pesquisa qualitativa para estudar questões difíceis de quantificar, como sentimentos, motivações, crenças e atitudes individuais. A premissa básica da integração repousa na ideia de que os limites de um método poderão ser contrabalançados pelo alcance de outro. Os métodos qualitativos e quantitativos, nesta perspectiva, deixam de ser percebidos como opostos para serem vistos como complementares.

Embora definir e identificar a proposta de pesquisa pareça uma tarefa simples, as estratégias metodológicas para sua realização devem ser estipuladas com atenta circunspeção. Requer que o pesquisador especifique previamente o conjunto de variáveis e selecione o aporte teórico rigorosamente. Conforme GIL (2002), as pesquisas científicas podem ser classificadas em três grandes grupos, exploratórias, descritivas e explicativas.

Algumas pesquisas descritivas vão além da simples identificação da existência de relações entre variáveis, e pretendem determinar a natureza dessa relação. Nesse caso, tem-se uma pesquisa descritiva que se aproxima da explicativa. Há, porém, pesquisas que, embora definidas como descritivas com base em seus objetivos, acabam servindo mais para proporcionar uma nova visão do problema, o que as aproxima das pesquisas exploratórias (GIL, 2002, p. 42).

Portanto, o olhar do pesquisador não é uma observação distanciada, mas o posicionamento de quem se apropria da ciência e busca construir sua aventura teórica dentro da problemática de pesquisa que a antepôs. GIL (2002) argumenta que as pesquisas descritivas são

³ Vale destacar que em decorrência dos encontros do grupo de pesquisa Diálogos do Pampa, foi possível desenvolver este estudo fundamentado em textos e autores que contribuíram para o enriquecimento da temática ancoradas no trinômio: Linguagem, Mídia e Poder, linha de Pesquisa, registrada no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) desde 2010.

muito solicitadas no contexto da educação, e que, habitualmente, são utilizadas por pesquisadores preocupados com seu objeto de pesquisa na prática.

Igualmente, para GIL (2002) a pesquisa documental é muito semelhante à pesquisa bibliográfica. A distinção consiste em que a primeira se vale de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, enquanto que a segunda, é formada de materiais de diversos autores sobre um determinado assunto. Além disso, o trabalho será constituído do aporte teórico da Análise do Discurso (AD), de linha francesa e de pressupostos teóricos da Comunicação.

Centralmente, a dialética deste trabalho de pesquisa está alicerçada nos preceitos teórico-analíticos de Pêcheux (1969) e Orlandi (2002). Serão utilizados documentos oficiais que regem a Alimentação Escolar e, sobretudo as obras: “A Inquietação do Discurso: (re)ler Michel Pêcheux” (2003), de Denise Maldidier; “Análise de discurso: princípios e procedimentos” (2020); “Discurso em Análise: Sujeito, sentido e Ideologia” (2017), de Eni Orlandi e “Análise do Discurso: Conceitos Fundamentais de Michel Pêcheux”, de Vinícius Siqueira e outros. O que se pretendeu fazer foi flexionar estas contribuições clássicas a uma compreensão atualizada sobre o uso de meios de comunicação, não exatamente do sistema da Indústria Cultural, e aqui aplicados à realidade escolar.

A ALIMENTAÇÃO ESCOLAR

As prefeituras municipais recebem, por meio do Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), recursos financeiros de caráter suplementar para a oferta de refeições aos estudantes da educação básica pública. Dessa maneira, como autarquia responsável pela coordenação do programa e pelo estabelecimento das normas gerais da alimentação escolar, este estudo apresentará uma análise de documentos oficiais recebidos na escola e os desafios da alimentação escolar para colocar em prática no contexto educacional.

A Constituição da República Federativa do Brasil, no Art. 208, Inciso VII, considera a alimentação escolar um programa extraordinário à educação, onde o Estado viabiliza o atendimento aos estudantes em todas as etapas da educação básica. (BRASIL, 1988). A Constituição Federal (CF) institui no Art. 211 que, na coordenação dos sistemas de ensino, os estados atuam prioritariamente no ensino fundamental e médio, e os municípios no ensino fundamental e na educação infantil, com a União exercendo o papel da coordenação e a função supletiva e redistributiva.

O PNAE é reconhecido como a política pública brasileira mais antiga, e chegou a ser destacada como um dos programas mais extensos e duradouros no mundo no combate à fome e desnutrição na área de alimentação escolar. Periodicamente, são realizadas no Brasil, conferências pelo Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (CONSEA), onde são gerados relatórios de recomendações, com o propósito de contribuir para a revisão ou atualização das políticas públicas neste contexto.⁴

A presente pesquisa que espelha este artigo foi alicerçada numa escola urbana de educação básica, de cerca de 800 alunos. Esta escola recebeu no ano de 2022 da secretaria municipal de educação e cultura, dois Ofícios e dois documentos anexos – Lei Estadual 15.216 de 30 de julho de 2018⁵, e a Resolução nº06, de 08 de maio de 2020⁶ - com regulamentações a serem colocadas em prática sobre a alimentação dos estudantes.

A Resolução nº6, de 08 de maio de 2020 dispõe sobre atendimento da alimentação escolar aos alunos da educação básica no âmbito do PNAE. O extenso manuscrito faz um breve apanhado histórico de parte fundamentação legal da alimentação escolar no Brasil. Inicia com a Instrução Normativa do Tribunal de Contas da União nº 71, de 28 de novembro de 2012, cita a CF, resoluções do FNDE e do Conselho Federal de Nutricionistas, portarias interministeriais, leis e decretos.

Propõe ações educativas sobre o tema da alimentação e nutrição no processo de aprendizagem escolar, a ser trabalhado como um tema transversal do currículo escolar. Estabelece as normas para a execução técnica, administrativa e financeira do PNAE aos Estados, ao Distrito Federal, aos Municípios e às escolas federais.

O texto inicial versa sobre alimentação saudável e adequada, baseada no consumo de alimentos minimamente processados e sobre a alimentação compreendida como correta nos dois primeiros anos de vida da criança. Deve-se evitar o consumo de alimentos ultra processados e alimentos, por exemplo, e que contenham quantidade excessiva de açúcares. Considerando o modelo de perfil nutricional exigido, é permitido alimentos e bebidas livres de açúcar, gorduras saturadas e ácidos graxos *trans*, prevenindo assim a obesidade e o sobrepeso,

⁴ Disponível em: <http://www4.planalto.gov.br/consea/>. Acesso em: 07 jan. 2023.

⁵ Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2015.216.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

⁶ Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 07 jan. 2023.

problemas reais da sociedade global e em especial, a brasileira. Estima-se no país, que 50% da população adulta sofre atualmente de obesidade, segundo dados divulgados pela imprensa⁷.

Além disso, o documento enfatiza de modo amplo as diretrizes da alimentação escolar. Acerca da universalidade do atendimento aos alunos matriculados na rede pública de educação básica, bem como o uso de alimentos variados e seguros, que respeitem a cultura e as tradições do contexto social, além de que contribuam para o desenvolvimento dos alunos e seu rendimento escolar de acordo com sua faixa etária. Salienta o apoio ao desenvolvimento sustentável, com incentivos para a aquisição de gêneros alimentícios diversificados, produzidos no contexto da comunidade local, preferencialmente pela agricultura familiar, empreendedores de famílias rurais e comunidades indígenas.

No capítulo sobre a gestão do PNAE, apresenta-se o funcionamento técnico dos usuários do programa. São considerados “usuários” os alunos cadastrados no Censo Escolar. Assim, a alimentação escolar é garantida aos alunos matriculados na educação básica, e nas instituições consideradas filantrópicas, ou por ela mantidas; nas instituições de educação especial e confessional.

Em seguida, expressa a ordem hierárquica na gestão da alimentação escolar e os participantes do PNAE: o FNDE é considerado autarquia vinculada ao Ministério da Educação (MEC), responsável pela coordenação do PNAE, pelo regulamento e estabelecimento das normas de planejamento, execução, controle, monitoramento e avaliação do programa e pela transferência dos recursos financeiros.

As secretarias estaduais, como no caso do Rio Grande do Sul – SEDUC - Prefeituras Municipais e escolas federais, são as Entidades Executoras do PNAE, e responsáveis pela prestação de contas. Também, devem prestar contas pela oferta de alimentação nas escolas no período mínimo de 200 dias letivos de trabalho escolar, pelas ações de educação alimentar e nutricional de todos os alunos matriculados.

Por fim, no âmbito municipal, estadual e federal, deve ser constituído o Conselho de Alimentação Escolar (CAE). Consiste em um órgão colegiado de caráter fiscalizador, permanente, deliberativo e de assessoramento escolar, responsável pelo recebimento dos

⁷ Disponível em: <https://g1.globo.com/hora1/noticia/2017/04/pesquisa-mostra-que-mais-de-50-dos-brasileiros-estao-acima-do-peso.html> Acesso em 17 jan. 2023.

recursos financeiros transferidos pela Entidade Executora do PNAE, com atribuições definidas em lei específica.⁸

As seções consecutivas tratam dos processos para aquisição dos alimentos, da nutrição, da elaboração dos cardápios, do controle de qualidade higiênico-sanitário dos alimentos. Tal como unidade executora, o município deve reger os processos de chamada pública, editais de licitação ou terceirização de compra dos alimentos. No caso das compras da agricultura familiar, o trabalho pode ser realizado em convergência com secretaria da agricultura ou cooperativas locais.

A responsabilidade pelo cálculo nutricional por aluno e elaboração de cardápios diários deve estar a cargo de nutricionista profissional, com registro na jurisdição de sua área. O controle sanitário dos alimentos enviados às escolas precisa ser realizado por órgão da unidade executora. Os produtos adquiridos, por sua vez, ser aprovados em relatórios de inspeção sanitária realizadas no âmbito do PNAE, e arquivados em permanente disposição do CAE e FNDE, por um prazo de cinco anos.

Os recursos financeiros que são repassados no âmbito do PNAE são utilizados, exclusivamente, para compra de gêneros alimentícios. Se a unidade executora escolher adquirir refeições, as despesas ficarão a seu encargo com recursos próprios. Além disso, a unidade executora deve implementar e manter um sistema de controle de estoque dos gêneros alimentícios adquiridos, registrando todas as entradas e saídas de mercadorias, viabilizando levantamento periódico de quantidades distribuídas nas escolas.

O FNDE pode realizar o estorno ou bloqueio de valores em situações específicas, como em casos que haja evidências sobre depósitos indevidos, que sejam constatadas irregularidades na execução do programa e ou por dados cadastrais incorretos das contas correntes das unidades executoras.

Para a fiscalização e execução do PNAE, podem ser feitos acordos ou convênios entre órgãos e entidades para a correta prestação de contas, e para o aperfeiçoamento e controle da aplicação dos recursos públicos da alimentação escolar. Qualquer pessoa física, ou associação, pode denunciar irregularidades no controle dos recursos. O FNDE recolhe as denúncias na sua ouvidoria e executa as providências que julgar cabíveis.

⁸ Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a1/rs/p/panambi/lei-ordinaria/2018/477/4765/lei-ordinaria-n-4765-2018-de-06-de-dezembro-de-2018?r=p>. Acesso em: 14 jan. 2023.

O documento adicional recebido pela escola refere-se à Lei nº 15.216, de 30 de julho de 2018. A redação trata sobre a promoção da alimentação saudável e proíbe a comercialização de produtos que colaborem para a obesidade, diabetes, hipertensão, em cantinas e similares instaladas em escolas públicas e privadas do Estado do Rio Grande do Sul.

As correspondências oficiais recebidas na escola abrangem debates anteriores em reuniões com as equipes diretivas das escolas municipais. O Ofício Circ. Nº 12/2022 de 18 de abril de 2022, formaliza as informações sobre a exclusividade da Alimentação Escolar ser destinada somente aos alunos e não aos funcionários das instituições. Documentos do Ministério da Educação sinalizam, desde 2009, que a alimentação escolar não pode ser consumida por servidores: a equipe diretiva e a coordenação da Secretaria de Educação são responsáveis por fazer cumprir a lei.

Perante isso, quando existir a necessidade e manutenção de servidores na escola, no horário de almoço, é permitido o uso dos utensílios da cozinha para o preparo das refeições, porém, solicitam-se os comprovantes de pagamento dos alimentos utilizados para fins de apuração judicial.

O Ofício Circ. Nº 13/2022 também de 18 de abril de 2022, é destinado à Associação de Pais e Mestres (ACPMs) das escolas municipais e de educação infantil, que esclarece sobre o disposto nas leis da alimentação escolar a serem cumpridas no contexto da escola, sobretudo a Legislação Estadual, Lei nº15.216, de 30 de julho de 2018. Esta atualização normativa cumpre-se com o respaldo da Resolução nº 06, do FNDE, de 8 de maio de 2020 a qual também estabelece normas para alimentação escolar na educação básica, determina normas para execução técnica, administrativa e financeira do PNAE, aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Conforme essa deliberação, é vedada a oferta de alimentos ultra processados, mel, açúcar mascavo, açúcares outros e adoçantes para crianças menores de três anos. Ainda, exclui a oferta de ultra processados, refrigerantes, refrescos artificiais, balas e similares, gordura trans, bolachas recheadas, pó para reconstituição – gelatina, maionese e temperos com glutamato, cereais com aditivos e similares para crianças de todas as idades.

Resolução congênere limita para crianças acima de 3 anos: alimentos embutidos, no máximo duas vezes por mês; iogurte com aditivos e adoçados no máximo uma vez por mês; doces no máximo uma vez por mês; margarina ou creme vegetal no máximo duas vezes por mês; biscoitos, bolachas, bolos, pães caseiros duas vezes por semana em período parcial. Deve-

se ofertar frutas duas vezes por semana em período parcial e no mínimo quatro vezes por semana em período integral. Por fim, legumes e verduras três vezes por semana em período parcial e cinco vezes por semana em período integral.

A Coordenação da Alimentação Escolar municipal sugere que eventos realizados pelas escolas, estejam em sintonia com as novas resoluções de educação alimentar. Isso posto, a nutricionista do setor de Alimentação Escolar, constrói, todos os meses, um minucioso cronograma de cardápio de alimentação de merenda escolar diária e cardápios para eventos escolares.

Em razão da abrangente demanda de trabalho nos processos diários que envolvem o cumprimento de todas as resoluções da alimentação escolar, deve-se considerar a expansão dos meios comunicacionais neste contexto. Para isso, é fundamental a ampliação do status de “setor”, para a dimensão de uma secretaria municipal. É impreterível recursos humanos e soluções tecnológicas que otimizem os processos realizados de forma manual; que se aproprie de todos os artifícios midiáticos, com o objetivo de propagar a longa história desta política pública e os resultados bem-sucedidos da gestão em transcurso.

CONCEITOS DE DISCURSO DE PÊCHEUX E ORLANDI

Quando Michel Pêcheux (1967) publicava sob o pseudônimo de Thomas Herbert, já tinha usado o termo Discurso, mas estava ainda preocupado em construir sua Teoria Geral das Ideologias, publicada naquele ano. Seu estudo se concentra no funcionamento da ideologia e sua relação com a ciência. “O autor relembra que a ciência não nasce de uma ideia disruptiva, mas sim de um afastamento de uma ideologia particular, então, toda ciência é a ciência da ideologia da qual ela se destaca” (SIQUEIRA, 2017, p.7).

No Brasil, Eni Orlandi segue a linha da análise do discurso (AD) francesa de Michel Pêcheux. De acordo com a interpretação de Orlandi (2015), a AD possui uma orientação essencial em investigar a relação entre o sujeito e linguagem e a sociedade, levando em consideração a ideologia.

Para Denise Maldidier (2017), Michel Pêcheux (1938-1983) passou a compreender a língua de modo diferente, como um produto histórico-social. Para ele, a língua é produto das relações sociais, e deve-se levar em conta a relação entre língua e história. A AD inaugurada por Pêcheux não pretendia superar a dicotomia original de Saussure, língua/fala; e sim, conceber o discurso como uma reformulação da fala saussuriana, uma nova teoria, um novo

objeto de investigação e os meios para discerni-lo; aquilo que ele chamava de “máquina discursiva”; e “processo de produção do discurso”.

As páginas que Michel Pêcheux consagra a Saussure guardaram a sua força; elas inauguraram uma problemática original que não vai parar de se aprofundar. O *discurso*, construído por Michel Pêcheux não invoca de forma alguma a “superação” da dicotomia língua/fala. Saussure é, para ele, o ponto de origem da ciência linguística. A seus olhos, o deslocamento operado por Saussure, da função para funcionamento da língua é um adquirido científico irreversível. O essencial daquilo que, nos termos da epistemologia da época, ele chamará de “o corte saussuriano” reside na ideia de que a língua é um sistema. Quando ele interroga sobre o “efeito metafórico”, primeira formulação de sua concepção de sentido, é o valor saussuriano que ele invoca. Mas a simetria do par saussuriano língua/fala é ilusória. (MALDIDIER, 2017, p. 22).

O discurso não é uma produção individual. Não está sob o controle absoluto daquele que fala. Não é planejado, não é apenas aquilo que o sujeito pronuncia, mas o que lhe perpassa; que lhe transforma em um sujeito do discurso.

Nesta perspectiva, não se considera a linguagem simplesmente como instrumento de comunicação, ou de informação. Da mesma forma, não se considera a ideologia como ocultação do discurso. Orlandi (2017) considera um corte epistemológico fundamental na ciência da linguagem, quando ele traz para seus estudos, a relação sujeito, sociedade e ideologia. Pois o que a autora faz é modificar a própria concepção de linguagem e a concepção do que é ideologia.

Sobretudo, construiu novas formas de tratar a linguagem como prática social e histórica. A conjuntura intelectual em que Orlandi (2020) situa a AD, é no espaço entre as Ciências Sociais e a Filosofia, “a linguagem só faz sentido porque se inscreve na história”. (ORLANDI, 2000, p. 23). Tendo o discurso como objeto, Eni Orlandi propôs repensar a questão de ideologia, passando pela linguagem. Maldidier (2017, p. 12) assim contextualiza:

Creio que este é o ponto forte de sua construção teórica: ter discutido o modo mesmo como se define e como funciona a ideologia, colocando o discurso como o lugar de acesso e observação da relação entre a materialidade específica da ideologia e a materialidade da língua. A partir daí, a ideologia deixa de ser concebida como era na filosofia, ou nas ciências sociais, para adquirir um novo sentido: o que se estabelece quando pensamos a própria produção do sujeito e dos sentidos. Inverte-se o polo de observação: não se parte dos sentidos produzidos, observa-se o modo de produção de sentidos e da constituição dos sujeitos. E aí não se pode prescindir, de um lado, da linguagem, de outro, da ideologia. Não como ocultação da realidade, mas como princípio mesmo de sua constituição.

O discurso é uma produção que emerge num espaço de tempo, produzido através da enunciação, uma prática daqueles sujeitos que enunciam. Um discurso político por exemplo, atravessa aqueles que falam sobre política. O fio do discurso é produzido pelos sujeitos; é justamente palavras que são ditas e respondidas, que são replicadas e repostadas, em colocações, dentro da linha temporal daquilo que é dito.

O discurso precisamente é aquilo que nasce da formação discursiva, que é regido por regras, é um fenômeno que depende muito menos de um impulso individual, e que pode ser compreendido mais pela formação de regras históricas de sua produção. O discurso é feito de marcações, de uma FD dada, que atravessa o sujeito que produz esses enunciados, e que depende muito também da posição em que o sujeito ocupa.

A conjuntura da posição do sujeito que fala é muito importante, pois, é isso que dá margem para se dizer algo, que dá possibilidades e condições para algo ser dito.

Podemos considerar as condições de produção em sentido estrito e temos as circunstâncias da enunciação: é o contexto imediato. E se as consideramos em sentido amplo, as condições de produção incluem o contexto sócio-histórico, ideológico (ORLANDI, 2020, p. 29).

Eni Orlandi (2017) investiga os processos de significação dos discursos, como os sentidos são produzidos, considerando que não há discurso sem sujeito, nem sujeito sem ideologia. Reflete a ideia de sujeito histórico, e os modelos de assujeitamento, que são muito distintos da idade média e da era pós-moderna. Na idade medieval, havia outra forma de sociedade, o sujeito histórico, que se caracterizava pela relação do servo ao seu senhor, e deste para Deus. Hoje, na vida civil, as relações do sujeito estão subordinadas ao Estado e a uma determinação jurídica. A concepção de civilização, hoje, e de sujeito responsável, historicamente, se dá neste cumprimento de direitos e deveres fundamentais para a vida em sociedade.

Como seres históricos e sociais, deve-se saber avaliar melhor as práticas de linguagem e suas relações com os outros e consigo mesmo. Ao dizer-se algo, não se está apenas significando aquilo, mas construindo discursivamente um significado. Esta é uma questão que interessa ao analista do discurso. Aquilo que está sendo construído discursivamente e é significado. A produção de sentidos se dá no processo inteiro pelo qual a comunicação se materializa. Assim que é preciso pensar a escola em sua comunicabilidade, em seus suportes como meios e em seus discursos como práticas.

Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo. Eles não se originam em nós. Isso não significa que não haja singularidade na maneira como a língua e a história nos afetam. Mas não somos o início delas. Elas se realizam em nós em sua materialidade. Essa é uma determinação necessária para que haja sentidos e sujeitos (ORLANDI, 2020, p. 34).

Os sentidos não existem em si, mas existem na medida em que se inscrevem em uma FD. Orlandi ressalta a ideia de memória discursiva. Quando os sentidos das palavras são ecos de uma memória discursiva, e processos de significação que trazem um sentido aos símbolos e ao imaginário das pessoas e à vida em sociedade. A autora firma que a maior habilidade de um investigador da AD é a habilidade da escuta. Não só a capacidade de ouvir, mas a habilidade de ler gestos de interpretação, interpretar aquilo que não está sendo dito, de se deslocar na escuta do que parece óbvio, e sempre duvidar das certezas.

Estas convicções, geralmente, são produções do imaginário social, produzido pela ideologia. Observar as conjunturas políticas, sociais e históricas através da linguagem, e das ciências humanas é, também, compreender a importância da escuta na linguagem, não como informação, mas pensando nos sujeitos de linguagem e seus processos discursivos.

Orlandi (2020) propõe no cotidiano das relações pessoais e da vida em sociedade, a escuta social; justamente para perceber como os aparelhos institucionais e de estado estão funcionando. Recomenda a reflexão da sua textualidade com a simbolização, e como o sujeito se relaciona com a linguagem, faz suas próprias formulações para deixar de reproduzir os mesmos processos dominantes.

Cabe começar a refletir sobre o dispositivo da análise. Se a linguagem funciona desse modo, como deve proceder o analista? Que escuta ele deve estabelecer para ouvir para lá das evidências e compreender, acolhendo, a opacidade da linguagem, a determinação dos sentidos pela história, a constituição do sujeito pela ideologia e pelo inconsciente, fazendo espaço para o possível, a singularidade, a ruptura, a resistência? (ORLANDI, 2020, p. 57).

A proposta de Orlandi (2020) é edificar um dispositivo de interpretação. Administrar o dito em relação ao não dito, e o que o sujeito diz em determinado lugar, não tem o mesmo significado se dito em outro lugar. Procurando ainda ouvir aquilo que o sujeito não diz, aquilo que constitui diferentes sentidos em suas palavras.

Assim, a construção do corpus e a análise estão intimamente ligadas: decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas. Atualmente,

considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise do discurso, face aos objetivos da análise, e que permitam chegar à sua compreensão. Esses objetivos, em consonância com o método e os procedimentos, não visam a demonstração, mas a mostrar como um discurso funciona produzindo (efeitos de) sentidos (ORLANDI, 2020, p. 61).

Com isto, é possível construir a partir de um material empírico, um objeto discursivo, em que se analisa o que é dito nesse discurso. Considerando o contexto dos discursos do problema apresentado, na esfera das políticas públicas de alimentação escolar, a autarquia é a autora das transferências de recursos financeiros federais, presta orientações técnicas e cabe às prefeituras executar as normas gerais do PNAE.

Os documentos recebidos pela escola formam o corpo discursivo analisado neste trabalho. É possível identificar no âmbito da administração pública, a atualização das normas desta autarquia e o posicionamento preponderante da secretaria municipal de educação, buscando cumprir a função constitucional da alimentação escolar. Compete à instituição escolar com a orientação do município, cumprir as determinações das normas e resolver as dificuldades.

Para esse propósito, não é suficiente apenas o processo de receber e protocolar os documentos na escola. Utilizando diferentes mídias, é possível realizar a partir da escola o despertar da consciência para a importância dos novos parâmetros de alimentação escolar. Os recursos provenientes da autarquia federal preveem inclusive a educação nutricional, dessa forma, deve-se ampliar este trabalho educativo com as famílias do contexto escolar, e formação especializada para os profissionais da cozinha da escola.

Verifica-se a adesão e aceitabilidade ampla dos estudantes pelo cardápio oferecido na escola. Porém, a quantidade de sobras de alimentos diariamente é volumosa. Sobretudo, o papel das famílias neste momento é crucial, pois, a grande sobra de alimentos, deve-se ao fato de que cada aluno tem seu lanche particular trazido de casa. E os critérios utilizados atualmente pelas famílias quanto à alimentação das crianças, é deficiente em valores nutricionais, prejudicando a aprendizagem. À vista disso, a escola deve ainda reconsiderar os horários em que acontece a alimentação dos estudantes, para que esteja adequado aos horários que estes se deslocam para o início das aulas.

A comunicação não se trata apenas troca de informações e mensagens. O termo mídia não é usado apenas no contexto da mídia de comunicação de massa, como rádios, tevê, jornais, etc. (WOLF, 2003). Rüdiger (2015) define igualmente mídias como suportes, no sentido de que onde a comunicação esteja sendo veiculada ela estará midiaticizada. A comunidade escolar tem

difícil acesso à Informação, o que compromete as políticas públicas, fundamentais no processo ensino-aprendizagem, como a alimentação que tem sido até o momento restrito a documentos oficiais e normativos, sem comunicação com a comunidade escolar.⁹

No amparo das teorias da comunicação (WOLF, 2003; RÜDIGER, 2015) pensa-se uma maior interação entre os sujeitos envolvidos no contexto escolar, de modo que a informação sobre alimentação enquanto não apenas dados, mas em toda sua força de mensagem, seja colocada em circulação.

Nesse sentido, defende-se que é preciso vê-la, percebê-la e senti-la (a mensagem sobre alimentação escolar) seja em cartazes, jornais murais, rádio escola, vídeos, mesmo que produzidos por alunos, inserida no eixo temático de propostas curriculares e ou como comunicação organizacional, no âmbito da gestão escolar.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os sujeitos discursivos ocupam lugares sociais, projetados no discurso por formações imaginárias. Por isso, as condições de produção e sentido são consideradas na comunicação e seus processos e fenômenos. Na construção de sociabilidade, a produção de sentidos se dá na complexidade de práticas simbólicas que abrangem a vida humana em sociedade. Tanto mais eficiente será a comunicação quanto melhor ela for mediatizada. Quando o sujeito se compreende como um ser histórico, conhece as condições de discurso dadas, muda a relação com a linguagem e sua escuta passa a ser menos ingênua. Torna-se um ser independente em suas interpretações, autônomo diante dos processos de significação. Aprende a observar como estão determinados os discursos, suas condições de produção e sua relevância. Percebe melhor a informação se ela estiver ancorada no meio apropriado que lhe sirva como suporte.

Para Orlandi (2017), o objeto da AD não é a língua, e o discurso não é definido como a língua. A língua é um sistema de signos, não é o seu discurso. Nem mesmo a linguagem em funcionamento. Na AD, considera-se os efeitos de sentidos entre interlocutores, a conjuntura imediata da formulação das circunstâncias em que o discurso se faz e a conjuntura mais ampla, sócio-histórica-ideológica em que se está vivendo, o momento da história de uma sociedade e

⁹ Como prosseguimento dessa pesquisa, esperamos partir para “implicações mais amplas de um estudo de comunicação, sugeridas pelo interesse que esta desperta na sociologia, devem ser vistas segundo o elo etimológico entre a comunicação e a comunidade. (...) O valor político e moral da comunidade pode, por conseguinte, ser analisado no que diz respeito à comunicação possível dentro dela.” (EDGAR, SEDGWICK, 2033, p. 62).

um dado contexto. A questão é se as orientações sobre alimentação escolar têm levado isso tudo em consideração.

Eni Orlandi propõe a escuta social; que se perceba como funcionam os discursos dos aparelhos sociais, a textualidade presente nos instrumentos do estado e nas políticas públicas, e sua relação com a construção da civilidade. É imperativo se pensar em novas formas de produções científicas e tecnológicas no contexto da educação básica, na ênfase urgente no maior domínio da escrita e da leitura, novas formas de ler, de interpretar e de compreender. Neste preceito intervêm a mídia e educação.

Assim, permite-se avanços nas ciências, nas formas de conhecimento e na relação do sujeito com o mercado de trabalho. O desafio está em refletir sobre seu papel na sociedade, aperfeiçoar sua capacidade de pensar discursivamente, para deixar de ser interpretado e se tornar autor de suas interpretações.

Portanto, o sujeito autor de suas formulações, deixará de repetir e reproduzir as mesmas falas dominantes para estabelecer novas possibilidades e processos de significação. O modo como o sujeito se posiciona, historicamente, diante do fenômeno das redes sociais e das novas ferramentas de interação, é crucial para uma nova forma de compreensão de sociedade.

A opção pela pergunta de pesquisa deste trabalho fez emergir uma nova perspectiva em relação às políticas públicas na área da alimentação escolar. Deve sobressair o olhar das práticas da legislação no panorama da escola e a análise dos discursos presentes nos documentos oficiais que a escola recebe. Sabendo que é realizado um trabalho prévio, minucioso e exaustivo para calcular as quantidades de alimento para cada aluno, diariamente, é imperativo gerenciar as quantidades exorbitantes de alimentos em perfeitas condições de salubridade que acabam no lixo todos os dias.

A prerrogativa seria de que os alimentos enviados à escola são condizentes com a quantidade de alunos, dessa forma, não há possibilidade de sobras de alimentos. Os documentos também afirmam que a alimentação escolar é destinada exclusivamente para estudantes e não aos funcionários ou terceiros. Urge despertar a consciência para um trabalho e projeto alternativo com as sobras da alimentação escolar, para que tenha outro destino diferente da realidade atual.

Com este trabalho de pesquisa, se evidencia a importância das mídias para resolver ou minimizar os problemas apresentados em relação ao tema proposto. Há muitos processos bem-sucedidos já em transcurso, que podem também se expandir com diferentes recursos das mídias.

Os recursos do PNAE contribuem para o desenvolvimento local do município, preservando a cultura familiar motivando a alimentação saudável. Estes discursos imperativos presentes nas leis precisam veicular-se em meios de comunicação mais eficientes para que de fato cumpram o seu papel social de contribuir na aprendizagem dos alunos. No contexto escolar é onde se cumprem os discursos, assim, a escola precisa projetar novas iniciativas midiáticas e aprimorar os meios de divulgação na direção das famílias, em relação a importância da alimentação escolar na vida dos estudantes.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Constituição República Federativa do Brasil de 1988, de 5 de outubro de 1988.** Brasília, DF: Senado. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm. Acesso em: 07 jan. 2023.

BRASIL. **Resolução nº 6, de 08 de maio de 2020.** Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação. Disponível em: <https://www.fnde.gov.br/index.php/aceso-a-informacao/institucional/legislacao/item/13511-resolu%C3%A7%C3%A3o-n%C2%BA-6,-de-08-de-maio-de-2020>. Acesso em: 27 out. 2022.

EDGAR, Andrew e SEDGWICK, Peter. **Teoria Cultural de A a Z: conceitos-chave para entender o mundo contemporâneo.** São Paulo: Contexto, 2003.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 4. ed. - São Paulo: Atlas, 2002.

GOLDENBERG, Mirian. **A arte de pesquisar: como fazer pesquisa qualitativa em ciências sociais.** Rio de Janeiro: Record, 1997.

MALDIDIER, Denise. **A Inquietação do Discurso. (Re) Ler Michel Pêcheux hoje.** Tradução Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes Editores, 2017.

ORLANDI, Eni P. **Análise do Discurso: Princípios e Procedimentos.** 13ª ed. Pontes Editores, Campinas, SP. 2020.

ORLANDI, Eni P. **Discurso em Análise: Sujeito, Sentido e Ideologia.** 3ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2017.

PÊCHEUX, Michel. **O Discurso: Estrutura ou Acontecimento.** Tradução: Eni P. Orlandi. 7ª ed. Campinas, SP: Pontes Editores, 2015.

RIO GRANDE DO SUL. Assembleia Legislativa. Gabinete de Consultoria Legislativa. **Lei nº 15.216, de 30 de julho de 2018.** Disponível em: <https://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2015.216.pdf>. Acesso em: 07 jan. 2023.

RÜDIGER, Francisco. Os estudos de mídia e a problemática epistemológica da teoria da mediação – uma nova escolástica? Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/intexto/article/view/58197/35712>. Acesso em: 07 jan. 2023.

SIQUEIRA, Vinícius. **Análise do Discurso: Conceitos Fundamentais de Michel Pêcheux**. Mauá, São Paulo: Edição Colunas Tortas. 1ª ed., 2017.

WOLF, Mauro. **Teorias da comunicação**. Lisboa: Presença, 2003.